

volume

19

Dezembro/2013

ISSN 1516-2095  
ICH - UFPel

# História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



# DEIXO-O LIVRE COM A CONDIÇÃO "DE PRESTAR-ME SEUS SERVIÇOS DURANTE O PRAZO DE SETE ANOS": A LIVERDADE CONDOICIONADA DOS TRABALHADORES ESCRAVIZADOS EM PELOTAS/RS NOS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIÇÃO (1880/1888)

Natália Garcia Pinto<sup>1</sup>

---

**Resumo:** A presente comunicação propõe refletir sobre as experiências de liberdade, engendradas por escravos, no município de Pelotas/RS, no período de 1880/1888, especialmente em uma conjuntura emancipacionista. Observamos na pesquisa que os senhores tentavam ao máximo retardar a possível liberdade de seus trabalhadores cativos. Diante disso, investigaremos como as mudanças sociais e políticas influenciaram nos projetos de liberdade dos escravos no mundo do trabalho às vésperas da Abolição, pontuando a linha tênue entre trabalho escravo e o trabalho livre que tais indivíduos históricos se encontravam naquela sociedade de antanho.

**Palavras-chave:** alforrias, escravos, trabalhadores, Pelotas, Século XIX

---

No dia 27 de agosto do ano de 1884, era registrada a carta de alforria condicionada da cativa Martinha, propriedade do Doutor Miguel Rodrigues Barcelos, filho de um dos charqueadores mais abastados da cidade de Pelotas de outrora. A carta de alforria tinha sido concedida no dia anterior a esta trabalhadora (26-08-1884). No papel da liberdade constava que Martinha, preta, de apenas 23 anos, trabalhava com o ofício de costureira, e teria a sua liberdade condicional, visto que deveria “prestar-me seus serviços por mais 6 anos”<sup>2</sup>.

Sabemos de antemão, ao cruzarmos as fontes documentais que dispomos, que a vida dessa jovem mulher já tinha sofrido golpes duros. Em 16 de julho de 1879, sua filha Paula recebia os santos óleos na Catedral São Francisco de Paula, tendo como padrinhos espirituais os escravos Avelino e Felisberta<sup>3</sup>. Infelizmente, a pardinha Paula faleceu com um mês de idade de sífilis congênita<sup>4</sup>. A liberta Martinha teve mais três crianças antes de obter a sua manumissão, mas todos falecem sem chegar a idade de um ano<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup>Doutoranda do PPG de História UFRGS. Bolsista CNPQ. Email: nataliag.pinto@gmail.com.

<sup>2</sup>Carta de alforria concedida em 26-08-1884 e registrada em 27-08-1884. Livro 7, fl. 21v. Tabelionato de Pelotas. Catálogo Seletivo de Alforrias. APERS.

<sup>3</sup>Registro de batismos de Escravos da Catedral São Francisco de Paula. Livro 8 (1879-1884), fl. 2r.

<sup>4</sup>Registro de óbitos de Ingênuos da Catedral São Francisco de Paula. Livro (1871-1888), fl. 66v.

<sup>5</sup>Registro de óbito de Roberto, filho natural de Martinha, falecido em 09-12-1880;

Chama a nossa atenção que nessa mesma data em que a liberta Martinha é alforriada, quatro de seus compadres também foram agraciados com a liberdade condicionada pelo senhor Miguel Rodrigues Barcelos. Os escravos Paulo<sup>6</sup>, Avelino<sup>7</sup>, Felisberta<sup>8</sup> e Vitor<sup>9</sup>, os quais apadrinharam os filhos da comadre Martinha, que porventura da obra do destino não vingaram para o mundo. A grande maioria dos parentes espirituais de Martinha também teria de trabalhar por mais seis anos a seu senhor, com exceção do boleeiro Vitor, que trabalharia apenas por dois anos para depois tornar-se um homem livre<sup>10</sup>.

Por outro lado, o núcleo familiar da já liberta Senhorinha conseguiu sobreviver, ou melhor, vingaram naquela sociedade, tendo seus quatro filhos sido agraciados com a liberdade condicionada pelo senhor Antônio Cardoso Osório, que impôs a prestação (porém sem mencionar por quanto tempo os cativos deveriam continuar a trabalhar para ele). Eram Maria Joana, parda, com 19 anos, mucama, Virgilino, mulato, 24 anos, campeiro, Maria das Dores, parda, 29 anos, mucama e Gabriela, preta, 23 anos, mucama<sup>11</sup>. Não sabemos como a mãe desses libertandos conseguiu o seu papel de liberdade. Talvez seus filhos tenham sido privilegiados na senzala de Antônio Cardoso Osório, pelos bons serviços que sua mãe ofereceu durante os anos afincos que possa ter trabalhado em cativo a seu sinhô.

Ao visitarmos o nosso banco de dados sobre as alforrias na cidade de Pelotas, constatamos uma expressiva participação de grupos familiares auxiliando parentes, parceiros e aliados na luta contra o cativo. Ora encontramos mães cativas ou já libertas que pagam pela liberdade de seus filhos, avós que compram a liberdade de seus netos, irmãos e padrinhos que ajudam em um momento tão decisivo e delicado da vida de tantos sujeitos que projetam a possível vida em liberdade. Evidenciamos que os sujeitos libertados

---

registro de óbito de Eugênia, filha natural de Martinha, falecida em 15-05-1882 e em 22-04-1882 falece Joana, filha natural de Martinha escrava de Miguel Rodrigues Barcelos. Livro (1871-1888), fls. 75v; 84v; 91v, respectivamente.

<sup>6</sup>Paulo foi padrinho da pequena Joana batizada no dia 24-03-1883, filha natural de Martinha escrava de Miguel Rodrigues Barcelos. Livro 8 (1879-1884), fl. 33v.

<sup>7</sup>Avelino foi padrinho de Paula, batizada em 16-07-1879, filha natural de Martinha escrava de Miguel Rodrigues Barcelos. Livro 8 (1879-1884), fl. 2r.

<sup>8</sup>Felisberta foi madrinha espiritual também da infante Paula, ao lado de Avelino. Livro 8 (1879-1884), fl. 2r.

<sup>9</sup>Vitor apadrinhou Roberto, filho natural de Martinha. Livro 8 (1879-1884), fl.14v.

<sup>10</sup>Alforria de Paulo registrada no Livro 7, fl. 17v; Alforria de Avelino registrada no Livro 17, fl. 18v; Alforria de Felisberta registrada no Livro 7, fl. 18r e a alforria de Vitor registrada no Livro 7, fl. 21v. Tabelionato de Pelotas. Catálogo Seletivo de Alforrias. APERS

<sup>11</sup>A carta foi concedida em 07-10-1884 e registrada em 30-01-1885. Catálogo Seletivo de Alforrias. APERS.

estavam inseridos em relações familiares. Quiçá a existência de laços comunitários e afetivos lhes auxiliassem no momento da predileção do proprietário em alforriá-lo em determinado momento.

Conforme elucida a historiadora Hebe Mattos, “os escravos inseridos em redes familiares” (MATTOS, 1995, p. 162) tinham maiores chances ou possibilidades de alcançarem a liberdade do que os desprovidos dessas relações. Compartilhando também desse pressuposto, Slenes comenta que “os escravos casados ou os escravos com família extensa”, potencializava a possibilidade de amealhar recursos financeiros para a compra de da liberdade de um parente (SLENES, 1999, p. 201).

Acreditamos que assim como a formação das relações familiares, a alforria poderia ser uma estratégia de resistir diante das asperezas da escravidão. Valorizava as relações familiares como estratégias que visavam o conforto afetivo e a composição de redes de solidariedade e reciprocidade dentro e fora da senzala. Evidentemente que a formação de núcleos familiares entre cativos fez parte das políticas senhoriais de dominação, porém, apreender estas afinidades nos parece essencial para compreender as variadas formas identitárias que compunham as comunidades negras em cativo (SLENES, 1999; FLORENTINO & GOÉS; MATTOS, 1995).

Uma das possibilidades de os escravos tentarem ascender dentro dessa sociedade escravista e hierárquica seria através da alforria. Acreditamos que a alforria era fruto de um campo de negociação, em que muitas vezes ocorria um embate com sucesso ora com fracasso. Afinal de contas essa estratégia tramada pelo grupo social em questão poderia ser uma das possíveis opções de ascender socialmente. Porém, salientamos que a vida em liberdade não era tão fácil, trazendo consigo o risco de viver em precariedade (LIMA, 2005; CHALHOUB, 2012). Por isso, destacamos a relevância dos projetos de liberdade possuir um cunho coletivo, tendo em muitos casos, os esforços de familiares em busca da possível liberdade.

O esforço empreendido neste artigo é demonstrar, primeiramente, os dados da pesquisa que antecedem o período de 1880, com o intuito de revelar as formas pelas quais os escravos foram alforriados, a importância dos projetos de liberdade acionados pela família escrava, e por último os dados referentes às liberdades condicionadas aos trabalhadores cativos no final do cativo, na ânsia de compreender as estratégias senhoriais de tentar ao máximo retardar o fim da escravidão e de controlar ao máximo esses trabalhadores.

### **Obtendo a Carta de Liberdade**

No período compreendido pela pesquisa, de 1830 a 1888, obteve-se um total de 3.406 cartas de alforrias para a cidade de Pelotas. Nosso trabalho foi

poupado graças à iniciativa do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) que disponibilizou em sua página na internet o catálogo de alforrias de várias localidades do Estado do Rio Grande do Sul. Verificando a distribuição por décadas das alforrias, temos o seguinte quadro exposto:

A- Distribuição de Alforrias por décadas na cidade de Pelotas/RS, 1830/1888

Período	Quantidade	%
1830-1840	50	1,5
1841-1850	238	7,0
1851-1860	355	10,4
1861-1870	517	15,2
1871-1880	835	24,5
1881-1888	1.411	41,4
Total	3.406	100

**Fonte:** *Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias Volume I e II. Tabelionatos de Pelotas e Rio Grande de 1830/1888. APERS.*

É visível pelos dados demonstrados, que após 1880 se concentram quase 42% dos escravos alforriados. Conforme notado, percebemos que os senhores foram mais redutíveis em dar a alforria a seus cativos na década de 1830-1840, em Pelotas. Importante frisarmos que essa totalidade de manumissões pode não corresponder à totalidade das cartas, uma vez que podem haver sub-registros, por serem alicerçadas apenas em acordos orais. Diante disso, devemos relativizar os dados que dispomos.

Como dito anteriormente, encontramos um cômputo de 3.406 cartas de alforrias dirigidas a 4.376 cativos, sendo 2.090 mulheres e 2.286 homens.

B- Distribuição por sexo entre os escravos Alforriados em Pelotas/RS, 1830/1888

Período	Pelotas			
	Feminino		Masculino	
	Nº	%	Nº	%
1830/1840	28	56,00	22	44,00
1841/1850	145	58,70	102	41,30
1851/1860	218	54,09	185	45,91
1861/1870	295	55,24	239	44,76
1871/1880	492	57,08	370	42,92
1881/1888	912	40,00	1.368	60,00
TOTAL	2.090	47,76	2.286	52,24

**Fonte:** *Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias Volume I e II. Tabelionatos de Pelotas e Rio Grande de 1830/1888. APERS.*

Como percebemos acima, em todos os períodos temos um número maior de mulheres sendo alforriadas, sendo que em 1861-1870 esta diferença cai para apenas 3,44%, provavelmente em função das necessidades de recrutamento (e de apresentação de substitutos) da Guerra do Paraguai (1865-1870).

Neste ponto, a pesquisa vem corroborar o que muito já se têm salientado na historiografia brasileira acerca do tema, pois “realmente, uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido a mulher privilegiada no acesso à manumissão, apesar de ser menos numerosa na população escrava” (FARIA, 2004, p. 111). Moreira sintetiza a seguinte explicação ao encontrar as cativas sendo beneficiadas com as cartas de alforria:

ao libertar-se uma mulher alforriava-se o seu ventre – dali em diante as crias que tivesse não mais pertenceriam ao senhor. Sabedores disso, os senhores optavam em alforriar mulheres que já haviam gerado filhos escravos e que não mais estavam em idade de reprodução (MOREIRA, 2007, p. 375).

#### C- Tipos de Alforrias em Pelotas/RS, 1830/1888

	Pagas	Condicionais	SOC	Outras	Total
Quantidade	1070	1909	1238	159	4.376
%	24,45	43,62	28,29	3,64	100

**Fonte:** *Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias Volume I e II. Tabelanatos de Pelotas e Rio Grande de 1830/1850. APERS.*

Conforme observado, destaca-se a predominância de alforrias condicionais, seguidas pelas sem ônus e as pagas. Impressionante a expressividade das cartas que foram compradas pelos cativos, as quais tiveram o total de 1.070, perfazendo 24,45% dos dados coletados na pesquisa.

Para que o pagamento fosse realizado, era necessário que o cativo dispusesse de um pecúlio, de uma poupança de economias juntadas com familiares, companheiros de trabalho, amásios para que o projeto da compra da liberdade tivesse sucesso nas margens negociadas com o seu senhor. Às vezes o cativo amealhava recursos próprios e comprava outro cativo (da mesma etnia ou não) para colocá-lo em seu lugar no cativo. Em alguns casos, como verificamos, ao pagarem pelas cartas, os escravos contraíam uma dívida com um terceiro (liberto ou livre), ao pedir dinheiro a estes para a libertação, podendo até retornar à escravidão, caso não efetuassem o pagamento da dívida com os credores forros. A maioria dos pagamentos foi feito em espécie, não sendo estranho o pagamento feito com outro escravo.

## D- Variações da Tipologia das Alforrias Compradas pelos escravos em Pelotas/RS, 1830/1888

Tipologia	Total	% do total
Pagas	1.070	100
Pagas pelo Escravo	913	85,33
Pagas por Familiares	72	6,73
Pagas por Terceiros	85	7,94

*Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias Volume I e II. Tabelações de Pelotas e Rio Grande de 1830/1850. APERS.*

De acordo com a análise empreendida até aqui, verifica-se a predominância das alforrias pagas pelos cativos, tendo um percentual de 85,33% das compradas com os recursos próprios dos sujeitos analisados. Notemos que as cartas pagas pelos familiares apresentaram um índice pouco expressivo, em torno de 6,73%, seguida das compradas por terceiros, que obtiveram 7,94% dos resultados averiguados. Mesmo com poucos dados sobre a compra da carta de liberdade realizada pelos parentes dos escravos, de qualquer forma, isso não invalida a possibilidade da participação dos mesmos no resgate dos familiares presos ao cativeiro. Percebemos que 85,33% das cartas foram pagas com recursos próprios dos cativos. É possível que nestas também esteja mesclado além do esforço empreendido pelo escravo (dinheiro acumulado em pecúlio, aluguel ou ganho do trabalho), o peso da força da ajuda de familiares, amealhando recursos, ou quem sabe a ajuda de uma comunidade étnica (parentesco “extenso”). Aos senhores não importava muito de onde provinha o dinheiro, apenas recebê-lo, por isso muitos não registraram a real proveniência desses capitais.

Encontramos o esforço de mães, pais, avôs, irmãos, madrinhas e padrinhos auxiliando seus parentes na compra da carta de manumissão. Mesmo que a margem de familiares comprando a liberdade de parentes fosse pequena, cabe aqui a astúcia do historiador de realizar o cruzamento com outras fontes para tentar captar as relações familiares e comunitárias em que os escravos estavam inseridos.

Mas retornando a questão das alforrias condicionadas aos trabalhadores cativos, é impressionante que, para o recorte proposto de 1880 a 1888, encontramos 892 alforrias registradas nos cartórios da cidade. Causa mais espanto ainda que deste cômputo total, apenas 26 manumissões tiveram como cláusula para servir até a morte do proprietário. Ao passo que, 866 cartas de liberdade foram passadas aos cativos com a prerrogativa de cumprirem um determinado tempo de trabalho a seus senhores.

É importante frisarmos também que os dados disponibilizados na Tabela A refletem uma situação peculiar. Observou-se que no período de 1881-1888 foram ofertadas 1.411 alforrias aos cativos na cidade de Pelotas.

Sendo que destas, 892 eram alforrias condicionadas à prestação de serviços por quatro, cinco ou até sete anos aos escravos. Uma sociedade que nessa década caminhava para o esfacelamento da instituição escravista, mas que pelos nossos dados averiguados, notamos que o braço do trabalhador cativo ainda era um dos sustentáculos do regime escravista brasileiro na localidade estudada. Matheus, ao analisar as alforrias condicionadas em Alegrete no final da década de 80, pontua que:

Apesar do definhamento da escravidão, aquela era uma sociedade em que, ainda, quando se precisava de um trabalhador, recorria-se aos escravos (seja por compra, aluguel, pagamento de alforria com prestação de serviços, etc.). Embora alguns acontecimentos acelerassem as mudanças estruturais que vinham se processando, o universo mental e cultural que, de resto, atravessava os diferentes estratos sociais, não mudaria tão rápido assim. Então, talvez, não deva causar estranhamento aos senhores tentarem seguras suas escravas domésticas por mais algum tempo (MATHEUS, 2012, p. 193).

Percebemos isso claramente ao constatarmos que no dia sete de setembro do ano de 1884, o proprietário Custódio Belchior Gonçalves libertou nada menos do que 30 escravos em apenas uma carta de alforria. Apenas seis de seus escravos foram libertados gratuitamente, ou seja, sem ônus nenhum de pagamento. Por sua vez, o restante do lote de cativos alforriados teria ainda de trabalhar por mais cinco longos anos a este senhor<sup>12</sup>.

Não encontramos nas cartas condicionadas à prestação de serviços a existência de alguma remuneração pecuniária que, porventura, o cativo tivesse que desembolsar caso fosse locado a um terceiro por seu senhor.

Segundo Paulo Moreira:

“As libertações através de contratos de prestação de serviços são as que evidenciam com mais clareza os tênues limites que poderiam existir entre trabalho escravo e trabalho livre, categorias geralmente vistas como estanques e que mascaram as múltiplas experiências sociais em que os negros estavam inseridos e que mesclavam a liberdade e o cativo” (MOREIRA, 2003, p. 255);

No emblemático ano de 1884, os escravos de Manoel Américo Lopes dos Santos, foram alforriados com a condição de “prestarem por mais cinco anos serviços” a seu proprietário<sup>13</sup>. A escrava mais velha a ser libertada fora Paulina, preta, de 60 anos de idade, trabalhava como cozinheira na casa de seu senhor e mãe de dois filhos que nessa mesma ocasião foram libertadas. Sua filha mais velha chamava-se Lucrécia, preta, com 24 anos de idade, e exercia o

---

<sup>12</sup>A carta passada aos 30 escravos foi registrada em 19-09-1884. Livro 9, p. 41r. Catálogo Seletivo de Alforrias. APERS.

<sup>13</sup>Carta concedida em 05-10-1884 e registrada em 17-10-1884. Livro 17, fl. 10v. Catálogo Seletivo de Alforrias. APERS.

ofício de serviços domésticos na casa de Manoel Américo Lopes dos Santos. Seu irmão Damásio, preto, com 22 anos de idade, também ajudava na lida doméstica da casa.

O núcleo familiar de Paulina, pelo que conjecturamos, esteve unido na passagem do cativo à liberdade, visto que foram todos libertados em um mesmo momento. Quem sabe não passaram pela intempérie de serem separados em um espólio de herdeiros quando da morte de seu proprietário? De fato não sabemos se eles sobreviveram a Manoel Américo Lopes dos Santos, se cumpriram todo o período de prestação de serviços imposto pelo senhor. E o destino desse grupo familiar após a liberdade concretizada? Que caminhos essa família teve? Será que a situação deles sofrera alguma mudança de quando viviam como escravos de Manoel Américo Lopes dos Santos? É provável que a família da liberta Paulina e seus rebentos continuassem morando com seu ex-proprietário mesmo após a vida em liberdade. São incógnitas que nos inquietam diante das fontes que não cansam de silenciar a esse respeito.

Além disso, especulamos também a forma como esse grupo familiar enfrentava em seu dia a dia, uma vez que eram “libertandos”, mas tratados ainda como propriedade de Santos, pois deveriam trabalhar arduamente por mais cinco anos para ter a liberdade de fato em suas mãos. A esse respeito, Moreira nos esclarece que:

A idéia de contrato entre escravo e senhor – com carga de igualdade entre as partes que esta noção carregava - era estranha aos envolvidos. Os anos de serviço que os cativos tinham que cumprir para realmente passarem ao status de libertos eram tratados como propriedade de seus senhores que, se não podiam vendê-los, tratavam de transferi-los a terceiros, mediante ressarcimento. Nos inventários, os tempos de serviço eram arrolados junto com outros bens (MOREIRA, 2003, p. 255).

Observamos diante dos números expressivos de cartas de liberdade condicionadas aos trabalhadores cativos, que os senhores pelotenses estavam preocupados com o rumo final da escravatura. Não queriam perder a sua mão de obra sem o devido ressarcimento de seus gastos. Entretanto, outro detalhe os inquietava. A preparação do estágio de trabalhador cativo para o de trabalhador livre. Afinal de contas, mudanças sociais e políticas estavam ocorrendo no final do regime escravista brasileiro, e como lidar com todas essas modificações e manter uma sociedade coesa e os trabalhadores cativos sob controle? Paulo Moreira, ao averiguar essas inquietações para a sociedade de Porto Alegre evidencia que:

Nos discursos encontrados em jornais, Relatórios de Presidentes da Província e ofícios de autoridade diversas no período final do escravismo, as referências aos contratos de prestação de serviços como etapa necessária de preparo do escravo para a liberdade são frequentes. Nesse período, os laços de submissão estavam

sendo reestruturados, destacando-se a ideia de que em liberdade os escravos corriam riscos demasiados, e que, para evitá-los, uma fase preliminar de educação moral seria imprescindível (MOREIRA, 2003, p. 254).

É notório que os cativos de Manoel Américo Lopes e Custódio Belchior Gonçalves, assim como tantos outros senhores que libertaram por contrato de prestação de serviços seus trabalhadores cativos, queriam cercear-los e controlá-los nesse período transitório entre o cativeiro e a liberdade. No entanto, não podemos pensar que os cativos ficavam passivos diante dessas arbitrariedades dos senhores e das autoridades públicas, visto que “a ambigüidade do papel dos contratados – parte dos cativos e parte livres – fez com que eles se posicionassem frente aos seus senhores numa postura muito próxima dos assalariados, exigindo melhores condições de vida e negando a prestação de serviços, em atitudes próximas as paralisações (...) no movimento operário (...)” (MOREIRA, 2003, p. 257).

### Considerações Finais

A análise esboçada nas linhas desse artigo é fruto das inquietações do início do doutorado. Tem-se o intuito de entendermos como se projetavam as ações dos trabalhadores cativos diante das medidas arquitetadas não só pelo Estado (Lei do Ventre Livre), mas também pela classe proprietária.

Diante disso, investigaremos como as mudanças sociais e políticas influenciaram nos projetos de liberdade dos escravos no mundo do trabalho às vésperas da Abolição, pontuando a linha tênue entre trabalho escravo e o trabalho livre que tais atores sociais se encontravam naquela sociedade de antanho. O que podemos perceber até o momento é que a defesa da escravidão no final da década de 80 na cidade de Pelotas era uma constante, pois conforme elucida Fraga Filho “o importante era assegurar que a transição para o trabalho livre fosse feita gradualmente, sob controle da classe senhorial” (FRAGA FILHO, 2006, p. 109). Assim sendo, o grande aumento da deliberação de alforrias condicionais no final da década de 80 demonstra a reação senhorial contra o esfacelamento do regime escravista e a tentativa dos proprietários em controlar esses trabalhadores libertos.

Há ainda a necessidade de se realizar o cruzamento de fontes tais como: inventários post-mortem e jornais para investigarmos com mais vagar a trajetória das experiências de liberdade condicionadas dos sujeitos analisados. Pois, dessa maneira, conseguiríamos talvez ter o conhecimento da situação dos contratados, a questão dos laços de dependência, como o Estado tentava controlar esse trabalhador livre ou escravo, visto que o contratado vivia na fronteira entre o cativeiro e a liberdade. Possibilidades que nos auxiliarão a compreender de maneira significativa o processo da passagem do cativeiro para a liberdade na sociedade de Pelotas no final do escravismo brasileiro.

Falta-nos ainda tentar compreender as ações de escravos e senhores “levando em consideração os debates políticos” (FRAGA FILHO, 2006, p. 48) da época, principalmente no que tange a abolição do escravismo na localidade. Como bem argumentou Fraga Filho:

A partir da década de 1870, o governo imperial vinha sinalizando com várias iniciativas para promover a substituição gradual do trabalho escravo. Naquele momento, os escravos perceberam que estavam ocorrendo mudanças institucionais importantes, e através delas, era possível não apenas melhorarem suas condições de existência dentro da escravidão como alcançarem a alforria (FRAGA FILHO, 2006, p. 48).

Nesse âmbito, a nossa empreitada será de tentar compreender as expectativas em torno das liberdades nesse momento crucial do final do sistema escravista, tentando pontuar de que maneira as mudanças políticas e sociais ocorridas nesse período afetaram as relações cotidianas entre os sujeitos envolvidos, isto é, entre senhores e escravos.

### Referências Bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FARIA, Sheila. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas na cidade do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Tese (Titular) – Departamento de História da UFF, Niterói, 2004.

FLORENTINO, Manolo. & GOÉS, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

LIMA, Henrique Espada Rodrigues. Sob o domínio da precariedade: escravidão e o significado da liberdade de trabalho no século XIX. In: **Revista Topoi**, v. 6, n.11, jul-dez, 2005, pp. 289-326.

MATHEUS, Marcelo. **Fronteiras da liberdade**: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888). Dissertação de Mestrado. PPG de História UNISINOS, 2012.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os Cativos e os homens de bem**: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre- 1858-1888. Porto Alegre, EST Edições, 2003.

\_\_\_\_\_. Feiticeiros, venenos e batuques: religiosidade negra no espaço urbano (Porto Alegre – século XIX). In: GRIJÓ, Luis Alberto; KÜHN, Fábio; Guazelli, César Augusto; NEUMANN, Eduardo (orgs.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 147-177.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

---

**Abstract:** This communication proposes to reflect on the experiences of freedom engendered by slavers in the city of Pelotas/RS, in the period 1880/1888, especially in a environment of emancipation. Noted in research that you were trying to slow the maximum possible freedom of its captive workers. Therefore, we investigate how the political and social changes influenced the designs of freedom of slaves in the world of work on the eve abolition, scoring a fine line between slave labor and free labor that these were historical individuals in that society of old.

**Keywords:** manumission, slaves, workers, Pelotas, nineteenth century

---